

ATA Nº 5 /2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE

16 / 9 / 2025

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações do órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

Aos dezasseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco reuniu em sessão ordinária a no edifício “Àtrium Raúl Almeida”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Clara Clemente, com a seguinte Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

Ponto 2 – Para votação – Atribuição de Apoio Extraordinário à Junta de Freguesia da Praia de Mira para participação na aquisição de viatura.

Ponto 3 – Para votação – Apoio financeiro a atribuir pela Câmara Municipal de Mira à Junta de Freguesia do Seixo – Construção de Polivalente no Centro de Interpretação da Casa e Cultura Gandaresa. -----

----- Ponto 4 – Para votação – Integração de Área Privada no Domínio Público Municipal. -----

----- Ponto 5 – Para apreciação e votação – Plano de Gestão de riscos, de Corrupção e de infrações Conexas do Município Mira – Atualização. ----- **Ponto 6 – Assunção de Compromissos Plurianuais.** -----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Cruz, Dr.ª Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr. Bruno José Milheirão Alcaide, Dr.ª Adriana Milene Ascensão Sousa.

PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, José Luis Pimentel Lavrador, João Luis dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Adélia Maranhão em substituição de Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota, Paulo Jorge dos Santos Grego, Eurico Petronilho Martins, Telma Milena Magueta Salvador,

Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Manuel Ferreira Inocêncio, António Manuel Teixeira da Silva, Sara Patrícia Ferreira Braguez, Cristina Santos em substituição de João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, Francisco Daniel Soares Reigota, Fernanda da Conceição Domingues Seabra, Carla Cristina Conceição dos Santos.-----

HORA DE ABERTURA: A reunião teve início às 17H, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Ata de 30 de setembro de 2024: Submetida a votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

---- **Interveio o Deputado António Gonçalves (PS)**, que, depois dos habituais cumprimentos, disse que queria registar a sua posição relativamente à aprovação da ata realizada há um ano. Não tinha estado presente naquela sessão, pelo que, de acordo com o artigo 34.º, n.º 3, do CPA, aplicável às Assembleias Municipais, e com o Regimento da Assembleia Municipal de Mira, não podia votar nem se abster na aprovação da presente ata. Ainda assim, considerou essencial deixar ali a sua intervenção. Aprovar uma ata com um ano de atraso era preocupante: as atas eram instrumentos fundamentais de transparência, memória institucional e responsabilização democrática. A demora fragilizava o registo dos trabalhos, dificultava a fiscalização dos munícipes e comprometia o acompanhamento democrático das decisões tomadas. Não se tratava apenas de cumprir uma formalidade; tratava-se de respeitar os princípios de responsabilidade, transparência e celeridade que devem orientar o funcionamento daquela assembleia, conforme previsto no artigo 59.º, n.º 3, do Regimento daquela assembleia, que passou a ler: “as atas são lavradas, sempre

que possível, por um funcionário da autarquia designado para o efeito ou pelos secretários da Mesa e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no princípio da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.” O que tinha acontecido naquele dia tinha sido a regra dos últimos quatro anos. Deixou um alerta institucional: era urgente corrigir aqueles atrasos, garantindo que as atas futuras fossem apresentadas e aprovadas de forma célere, reforçando a confiança da população nas instituições. -----

---- **Tomou a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia**, que explicou que, como o Deputado António Gonçalves não tinha estado presente, não podia votar aquela ata, nem tinha direito a declaração de voto. -----

PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA : -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

---- Foi dada a palavra à **Sr.ª Maria de Fátima da Fonseca Mendes**, residente na Rua Luísa Gusmão, em Mira, que se dirigiu ao Sr. Presidente da Assembleia, ao Sr. Presidente do Município, aos vereadores e restantes pessoas presentes. Afirmou que estava pela primeira vez numa reunião de uma assembleia municipal e lamentou que tal acontecesse por uma razão pouco agradável e que considerava injusta, já do conhecimento de algumas pessoas ali presentes. Considerava que aquele era o lugar onde qualquer cidadão se podia fazer ouvir e passou a expor a sua situação. No ano de dois mil tinha sido dada a localização de um terreno sito na Rua Luísa Gusmão, com convergência com a Rua do Bairro Novo, em Mira, com vista à criação de um loteamento. Aquela iniciativa de legalização do loteamento tinha começado por ser da empresa **EDMIR – Construções e Empreendimentos, Lda.** Aquele projeto tinha sido aprovado conforme alvará de loteamento n.º 199/2002. Foi vendido à firma **Adérito José Ferreira das Neves, Lda.**, que procedeu à construção das habitações conforme

as condições do loteamento. Uma dessas condições era a existência de um intervalo físico a meio das mesmas, ou seja, entre a habitação construída no lote quatro e a habitação construída no lote cinco. Em todo o comprimento do loteamento foi construído um muro de sustentação e divisão com o proprietário do prédio rústico contíguo, que naquela data pertencia à Sr.^a Regina Monteiro. Salientou que os nomes referidos o foram única e exclusivamente para melhor identificação da proposta que estava a votos naquela reunião de assembleia. Aquela exigência de abertura entre as construções estava relacionada com a futura e eventual possibilidade de abertura de um arruamento que ligasse a Rua Luísa Gusmão à Rua do Bairro Novo. Isso tinha acontecido nos anos de dois mil e dois mil e um. Acontecia que, passados vinte e cinco anos, não se verificava a existência de qualquer projeto de arruamento para aquela zona. Ainda assim, tinha sido aprovada a proposta de demolição do muro pertencente ao loteamento para servir de acesso única e exclusivamente ao prédio rústico que pertencia à D. Regina e, automaticamente, dividir o mesmo prédio em dois. Não existia qualquer benefício para o município e seus munícipes, exceto para a proprietária do terreno. Lamentou toda aquela situação que, supostamente, deveria ter passado despercebida, ou seja, sem conhecimento das pessoas que habitavam as casas construídas nos lotes 4 e 5 e que confinavam com a já referida área de não construção. Lamentou também a ordem temporal em que aquela decisão estava a ser tomada. Adivinhavam-se eleições para breve — não se adivinhavam, sabiam-se. Sobre aquele assunto, já tinha exercido o direito de pronúncia que lhe fora concedido aquando da reunião camarária no anterior dia três daquele mês, que, acrescentou, por acaso tinha sido antecipada uma semana — sabia-se lá porquê. Terminou endereçando os seus sinceros cumprimentos a todos os presentes, agradeceu por a terem ouvido e pediu que decidissem com justiça. -----

---- **Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia (PSD)**, que esclareceu que o assunto era um dos constantes na ordem de trabalhos e iria ser discutido no

referido ponto. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:-----

---- **Interveio a Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que levava ali um assunto que já tinha sido abordado por ela anteriormente, e até mesmo pelo Deputado Augusto Miranda. Tratava-se da questão da manutenção e limpeza das pontes sobre a A17; julgava que, no sentido Presa–Corticeiro, a limpeza já estava a ser feita, mas referiu o estado avançado de existência de acácias, canas e silvas, principalmente na zona industrial. Achava que era a que estava em pior estado e quis salvaguardar a necessidade de limpeza, até porque era uma zona de muito movimento de carros, motas, ciclistas e pessoas que corriam; considerava conveniente fazer a limpeza, pelo menos, daquela ponte. Em modo de conclusão e balanço, porque aquela era a última assembleia daquele mandato, disse que tinha gostado da experiência; por vezes não tinha superado as suas expectativas e, de uma forma não muito positiva, mas era a sua opinião. Achava que alguns assuntos ali abordados poderiam ter sido tratados talvez noutra órgão e não ali, e que não tinham sido muito vantajosos para os munícipes. Contudo, desejou boa sorte a todos — ela também era candidata — e que a campanha decorresse principalmente com respeito, dignidade e bom senso. -----

---- **Interveio a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Fernanda Seabra (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, quis felicitar o Executivo municipal pela realização dos vários eventos e iniciativas ao longo dos últimos dois meses, não podendo deixar de realçar a inauguração da praia fluvial da Barrinha. Sendo uma obra que foi destaque em toda a imprensa do concelho e arredores, era com certeza uma mais-valia muito importante para o turismo do concelho de Mira. Quis também sinalizar a 26.ª Mostra Gastronómica, que tinha terminado pouco tempo antes, e, pela dimensão observada, afirmou com certeza que se tratava de um dos mais importantes certames gastronómicos da região.

Enumerou ainda as iniciativas de relevo que tinham tido lugar na freguesia do Seixo, tais como o 4.º trail “Terras da Gândara”, que contou com a participação de mais de mil atletas; o passeio ciclo turístico, que naquele ano tinha atingido o recorde de cerca de seiscentos participantes; e o grande prémio de ciclismo do Seixo, uma prova já de renome no ciclismo da região, com cerca de cento e cinquenta atletas. Era também com muito agrado que verificava o início da obra do padel — mais uma infraestrutura que iria enriquecer o complexo desportivo do Campo do Fojo. Agradeceu à Câmara Municipal de Mira a realização daquela obra tão esperada naquela freguesia, vencedora de uma das edições do orçamento participativo. Por último, naquela última assembleia do mandato de 2021/2025, quis agradecer a todos os presentes a forma calorosa como a tinham recebido. Tinha sido um caminho valioso de aprendizagem e de grande crescimento pessoal e político. Realçou o trabalho excecional do Sr. Nelson Maltez, um cidadão com percurso político importantíssimo para o concelho de Mira e que terminava ali as suas funções de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, desejando-lhe as maiores felicidades. -----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Francisco Reigota (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que tinha tido o privilégio de defender as três localidades que representava: Videira do Sul, Barra de Mira e Praia de Mira. Tinha sido nesse âmbito que as suas intervenções tinham existido ao longo daqueles anos, porque era com esse intuito que ali estava e que ali tinha estado ao longo de todo aquele período. Como toda a gente já sabia, era candidato à Câmara Municipal de Mira, e era claramente um diálogo diferente — teriam de fazer uma análise de todo o concelho e não só das populações da freguesia da Praia de Mira. Mas o que o levava ali era exatamente essas populações, porque era enquanto Presidente de Junta que estava a usar da palavra. Tinha ainda alguns assuntos: o trabalho só se esgotava no último segundo, não se esgotava a meio do percurso, e ainda não tinham terminado o mandato; como tal, deviam continuar a exercer as funções para as quais tinham

sido eleitos. Tinha sido eleito, como referira, para defender aquela população. Saudava qualquer investimento que tivesse o envolvimento da população, fosse de qualquer localidade ou freguesia do concelho, e, como era óbvio, o campo de padel — até pela sua natureza — podia dizer que tinha votado para que fosse para o Seixo, porque tinha sido numa altura em que nem sequer havia orçamento participativo a concurso para a freguesia da Praia de Mira. Poderia tecer algumas considerações sobre a estratégia do município naquela área, mas havia algo que o incomodava mais: o adiamento constante de projetos que foram sufragados, com o envolvimento das populações, e que, afinal, fazendo uma análise muito fria e direta, ele — e alguém de forma muito mais responsável do que ele — tinham, de certa forma, enganado as pessoas que se envolveram nesses processos. Recordou o processo do **skatepark**: podiam argumentar o que quisessem, dizer que não tinham tido autorizações das entidades ou que não havia terrenos, mas não podiam esconder que, em 2021, centenas de pessoas se tinham manifestado e envolvido, tendo tido uma participação ativa de cidadania no concelho, e que, afinal, chegavam a 2025 sem sequer haver a noção plena de que aquele projeto pudesse vir a ser realizado. O próximo executivo, eleito a 12 de outubro, teria de decidir sobre aquele assunto; o atual já não teria. O certo era que tinham passado quatro anos e aquele orçamento participativo ainda era do mandato anterior, já nem sequer do mandato em funções. Era um mau exemplo de como se tinha feito política em Mira e de como se tinham desrespeitado as populações — em particular a da freguesia da Praia de Mira. Lamentou aquele tipo de práticas, porque não era assim que se envolviam pessoas, populações e se dignificava o concelho.-----

---- **Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Carlos Costa (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, quis expressar o seu agrado pela requalificação da rotunda do Matadouro, com a fachada que representava a casa gandraesa, símbolo do concelho de Mira e da região da Gândara — as suas cores à mostra dos adobos, exemplo de como eram construídas. Deu os

parabéns pelo feito. Deu igualmente os parabéns ao Sr. Presidente e ao seu Executivo pela requalificação do Largo 5 de Outubro, em Portomar, que estava mais funcional e agradável. Como estavam na última Assembleia Municipal do mandato, quis expressar a sua amizade a todos os Deputados que faziam parte daquela assembleia — um grande abraço por terem dado o seu melhor pela causa pública em favor do próximo. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, relativamente à intervenção da Sr.ª Fátima Mendes, disse que se iria pronunciar durante o debate do ponto em causa, pedindo que aguardasse até lá para não haver repetição de elementos. Relativamente à intervenção da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, sobre a manutenção e limpeza das infestantes que se encontravam sobre as passagens aéreas da A17, afirmou que era sempre uma preocupação. Já tinham tentado, por várias vezes, que as entidades competentes realizassem aquele serviço de limpeza e desbaste, mas sem grande resultado. Se não interviessem a curto prazo, iriam substituir-se a essas entidades e proceder à manutenção, embora não fosse da sua competência, mas reconhecendo que, não estando bem, teriam de atuar. Relativamente à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que tinha destacado vários eventos, agradeceu as suas palavras e deu os parabéns àquela Junta de Freguesia pela sua dinâmica e pelos eventos que promovia, sempre uma mais-valia para o concelho. Destacou e agradeceu a comunicação do início das obras do campo de padel. Era tardia — era um dos orçamentos participativos em atraso —, tendo dito várias vezes que seria concluído naquele ano civil; com as obras iniciadas, acreditava que pudessem ser concluídas até ao final do ano. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de

Freguesia da Praia de Mira sobre o orçamento participativo do skatepark, um dos três vencedores em atraso, reiterou o que já tinha dito: dos três, estavam a iniciar um, outro estava concluído (o da Sagrada Família) e faltava concretizar o skatepark. Repetiu que não queria “sacudir a água do capote” nem fugir a eventuais responsabilidades do município, mas, não havendo autorização das autoridades competentes para realizar as obras no local pretendido, não tinham como avançar. Segundo as palavras do Sr. Presidente, parecia-lhe que se queria que avançassem mesmo com pareceres negativos das entidades. O município tinha apresentado mais do que uma alternativa de localização, mas os locais propostos tinham sido recusados; assim, não tinham autonomia para avançar. Haviam de o concretizar no futuro, se lá continuassem, mas nunca contrariando os pareceres negativos obtidos até ao momento. Relativamente à Junta de Freguesia de Mira, agradeceu as palavras dirigidas sobre as obras da rotunda do Matadouro e da requalificação do centro urbano de Portomar. Eram obras financiadas exclusivamente pelo orçamento municipal, sem apoios ou candidaturas a fundos. Sabiam que nem sempre as obras agradavam a todos, mas tinham a consciência tranquila de que a rotunda do Matadouro era muito identitária e que se identificavam com o que lá estava, embora ainda não estivesse concluída. A requalificação do Largo 5 de Outubro melhorou o tráfego, criou mais lugares de estacionamento e a zona de 30 km/h conferia maior segurança. Consideravam que tinham sido duas obras bem concebidas. -----

---- **Intervio o Sr. Luís Lavrador (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, fez um balanço do quadriénio político. Em nome da Mesa da Assembleia, assumia a tarefa de invocar o percurso daquela Assembleia e do Executivo Municipal ao longo dos últimos quatro anos, tempo em que se tinha fortalecido a sua identidade coletiva e se tinha projetado o futuro de desenvolvimento sólido para o concelho de Mira. Numa altura em que se aproximava o final do mandato 21/25, podiam olhar com orgulho para as transformações operadas, fruto de uma governação marcada pela transparência, rigor e diálogo institucional. A

aprovação unânime dos documentos estratégicos, como era o caso do orçamento e das grandes opções do plano, quer em 21 quer em 25, com uma clara maioria favorável da Assembleia Municipal, era um testemunho daquele modelo cooperativo e construtivo. No investimento e na política orçamental tinham tido um mandato histórico. Em 21, a Câmara tinha aprovado um orçamento de cerca de dezanove milhões de euros, o mais elevado desde 2011, com 43% daquele valor destinado a investimento público; a aposta estratégica visava, na altura, dinamizar a retoma pós-Covid e impulsionar o desenvolvimento local. Em 25, a Assembleia Municipal tinha aprovado um orçamento recorde que ultrapassou os vinte e nove milhões de euros, com a alocação de mais de um terço para investimentos estruturantes, reforçado pelo investimento de capital de dois milhões e trezentos mil euros, provenientes do PRR e do Portugal 20/30. Aqueles índices inéditos na história recente do município demonstravam a ambição e eficácia da gestão pública local. Na educação tinham assistido ao maior investimento de sempre. A Educação tinha sido uma das prioridades máximas daquele mandato: o projeto de ampliação e beneficiação da Escola Secundária Dra. Maria Cândida, financiado pelo PRR em cerca de sete milhões de euros, incluindo a construção de um pavilhão com catorze salas de aula, laboratórios e um pavilhão multiusos com pista de atletismo e campo de jogos, respondendo assim a necessidades há mais de vinte e cinco anos sem solução à vista. Em paralelo, o município tinha preparado candidatura à requalificação integral da Escola Básica de Mira, com orçamento na ordem dos quatro milhões, e lançado planos semelhantes para os Jardins de Infância e EB1 do concelho, evidenciando uma visão inclusiva e articulada do sistema educativo local. Nas infraestruturas, mobilidade e espaços públicos, ao longo do mandato, foram promovidas múltiplas obras estruturantes. Deu como exemplos a requalificação da Zona Industrial Polo I, a recuperação contínua da rede viária, a valorização dos Viveiros da Barrinha, intervenções nos parques de estacionamento do Lago do Mar e Poço da Cruz, a construção da rotunda do Matadouro, a conclusão das

bancadas e dos balneários municipais, a reflorestação da zona ardida em 2017, a criação de um canil municipal, entre outros. Em 25, vários daqueles projetos, como a requalificação da Lota da Praia de Mira, o Campo do Lago do Mar, o Pavilhão Domus Nostra, as Extensões de Saúde, a praia fluvial na Barrinha, a rotunda da A17 e do Matadouro, foram confirmados como prioridades essenciais para o concelho. Na habitação acessível e na coesão social, fruto de uma política cuidadosa e perspicaz, o município implementou programas de atribuição de lotes em urbanizações como a Videira e Carromeu, destinados especificamente a agregados familiares com menores rendimentos, residentes ou vinculados à área do município por, pelo menos, dez anos, regulamentados com critérios de justiça social e inclusão. Simultaneamente, projetos estruturais como Radar Social, CLDS 5G, Teleassistência e Programa Pessoas 2030, e parcerias como com a CPCJ, tinham reforçado a proteção social e a ajuda às famílias em situações de vulnerabilidade do concelho, para além de muitas outras medidas naquele âmbito. No que respeitava ao ambiente, turismo de natureza e sustentabilidade, o concelho tinha-se consolidado como um destino de ecoturismo e turismo de natureza, valorizando ponto a ponto a sua costa, lagunas e zonas florestais. A aposta nos Viveiros da Barrinha, na reflorestação e na preservação ambiental evidenciava uma gestão responsável, integrada nas diretrizes do desenvolvimento sustentável. Naquele âmbito, não podiam esquecer o caso de sucesso planetário da Bandeira Azul, hasteada trinta e nove anos consecutivos na Praia de Mira. Sobre eventos culturais e de promoção turística, sabia-se que o município tinha realizado iniciativas como mostras e eventos gastronómicos, exposições, intercâmbios e gemações, reforçando a projeção cultural e internacional do concelho de Mira. Nos últimos anos tinha-se feito mais pelo turismo, pela gastronomia e pela visibilidade do concelho do que praticamente em todo o período democrático antecedente. Na saúde, nos serviços e nas infraestruturas comunitárias, foram realizadas obras de requalificação do Centro de Saúde de Mira, que a todos orgulhavam. Estavam

para avançar com obras de beneficiação das extensões de saúde do concelho, o que confirmava um forte investimento no acesso à saúde local por parte daquele Executivo. O município também tinha recebido viaturas elétricas para apoiar os serviços de cuidados de saúde em mobilidade, representando uma modernização dos meios de resposta social. Para que todo aquele dinamismo na ação política pudesse dar melhores frutos, tinha sido importante e fundamental que a Assembleia Municipal assumisse o pilar de estabilidade política e social no concelho. Na verdade, a Assembleia Municipal tinha assumido sempre um papel fundamental na consolidação da estabilidade política e social daquela terra. Enquanto órgão fiscalizador por excelência, representou a diversidade democrática da população local e funcionou como elo de equilíbrio entre o Executivo e os cidadãos. A Assembleia Municipal tinha sido um pilar de responsabilidade institucional, contribuindo de forma decisiva para a construção de consensos, para a aprovação de políticas estruturantes e para a fiscalização transparente da ação do Executivo. A pluralidade de vozes ali representadas permitiu que diferentes sensibilidades políticas, sociais e territoriais encontrassem espaço de expressão, assegurando que nenhuma decisão relevante fosse tomada sem o devido escrutínio democrático. Era também na Assembleia que se discutiam as grandes opções do plano, os orçamentos municipais, os regulamentos e os projetos que moldavam o futuro do concelho. O seu papel fiscalizador contribuiu para a qualidade da governação, reforçando a confiança da população nas instituições locais. Além disso, o ambiente de diálogo construtivo que se tinha vivido naquela casa, mesmo nos momentos de maior divergência de opinião, tinha sido determinante para manter a coesão social e política do concelho. Num tempo em que a estabilidade era um valor cada vez mais precioso, a Assembleia Municipal tinha-se afirmado como guardiã da democracia local, promotora do equilíbrio e garante de que as decisões eram tomadas com responsabilidade, participação e visão estratégica. Aquele Executivo tinha-se pautado por estreitas relações com a Assembleia Municipal,

através de processos transparentes, participação cidadã com consultas públicas e aprovação de orçamentos com maiorias pelas bancadas representadas. Mesmo diante de divergências políticas, prevaleceu o espírito de respeito mútuo e colaboração em torno do interesse coletivo. Os apoios consensuais à educação, à saúde, à habitação e às infraestruturas, fruto do diálogo com a Assembleia Municipal, eram apenas exemplos da capacidade de governar em parceria, definindo um modelo autárquico exemplar, de que se podiam todos orgulhar. Nos últimos quatro anos, o Executivo da Câmara Municipal de Mira tinha-se consagrado por uma governação ambiciosa, pautada por investimentos recorde, transparência e compromisso social. A articulação com a Assembleia Municipal tinha sido determinante para que se concretizassem projetos de impacto real na qualidade de vida dos Mirenses. Ao olharem para aquele legado, viam um concelho mais bem servido nos serviços públicos, mais dinâmico economicamente, mais educado, mais justo socialmente e mais consciente ambientalmente. Deixavam ali o tributo ao Presidente Artur Fresco, aos Vereadores, aos funcionários municipais e àquela Assembleia Municipal, que juntos tinham concretizado aquela transformação, assim como um agradecimento profundo a todas as instituições locais, às IPSS, às associações, às famílias e aos cidadãos que, com confiança e exigência, tinham contribuído para aquela ambição partilhada. Quis agradecer pessoalmente ao povo que o tinha eleito a oportunidade de o servir e assim cumprir um desígnio que lhe brotava da alma: dar um pouco de si aos outros. Mira estaria mais forte. Viva a Assembleia, viva o concelho, viva o povo. -----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio o Deputado Augusto Miranda (CHEGA)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que, relativamente ao discurso anteriormente proferido, que fora tão longo, compreendia que o fizessem, mas isso não queria dizer que a sua bancada concordasse com aquele discurso. Aproveitou para se despedir daquela Assembleia Municipal, referindo que tentaram dar o seu melhor com as

condições que lhes tinham sido concedidas e que, nas próximas eleições, provavelmente teriam uma nova composição daquela Assembleia. Não podia deixar de dirigir algumas palavras ao Presidente da Mesa, que nem sempre tinha estado bem e que, muitas vezes, tinha sido desrespeitoso para com a sua bancada, tendo inclusivamente cortado a palavra; no entanto, tinha permitido outras coisas às outras bancadas, permitindo mesmo que um deputado da sua bancada insultasse uma freguesia — naquele caso, a Praia de Mira. Se tivesse sido um bom elemento, certamente seria novamente candidato pelo seu partido. Em tom mais pessoal, disse ter sido para si um enorme orgulho defender o seu concelho e esperava continuar a fazê-lo noutras instâncias e de forma mais incisiva. Não era um “até sempre”, mas um “até breve”. -----

---- **Interveio o Deputado António Teixeira (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, quis partilhar a sua insatisfação com as pessoas que o tinham eleito, dizendo-lhes que lamentava imenso que a maior parte das perguntas que ali tinha colocado durante aqueles quatro anos, a pedido delas, não tivessem sido respondidas. Pensava que tinha feito tudo o que era possível, tal como se tinha comprometido, chegando a repetir as mesmas interrogações em várias assembleias, mas infelizmente sem resultado. As poucas que foram respondidas ficaram por mera promessa que nunca tinha sido cumprida. Tinha muita pena, mas sentia o dever cumprido da sua parte. Quis dirigir-se a todos os seus colegas de Assembleia, sem exceção, dizendo que, se alguma vez os tivesse incomodado — foi a melhor palavra que encontrou, já que nunca tinha faltado ao respeito a ninguém —, tinha sido simplesmente pela sua grande vontade e prazer em defender os Mirenses, tal como eles lhe tinham pedido. Aquilo era democracia e todos eles tinham obrigação de a defender e preservar, pois ela estava em sérios riscos. Por último, quis dirigir-se ao Executivo e dizer-lhe que aquela era a casa da democracia e que todos eles tinham sido eleitos democraticamente pelo povo para serem seus porta-vozes e para os fiscalizar. Portanto, se não respondessem às questões que lhes eram postas, além do

incumprimento do Regimento, estavam a desrespeitar o povo e a prestar um mau serviço à democracia. Durante os quatro anos, tinha sido isso que tinham feito. Sentia-se apreensivo e desiludido, pois aqueles e outros procedimentos começavam, pouco a pouco, a ser aceites como se fossem normais — o que só favorecia quem queria acabar com a democracia que tanto lhes tinha custado a alcançar. -----

---- **Interveio a Deputada Clara Clemente (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, dirigiu-se ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados e quis sublinhar a época balnear nas praias do concelho de Mira. Mais uma vez tinham conseguido afirmar a qualidade excepcional das suas praias, reconhecidas com a Bandeira Azul — um selo que garantia não só a excelência ambiental e de segurança, mas também o orgulho das suas comunidades. Era justo destacar o trabalho articulado da Câmara Municipal de Mira, dos agentes da proteção civil, dos Bombeiros Voluntários de Mira e da Associação Adamastor, que tinham assegurado a vigilância, a prevenção e a segurança de todos os que tinham escolhido as suas praias. Graças àquela cooperação exemplar, tinha sido possível viver uma época balnear segura, com confiança e tranquilidade para banhistas e turistas. Quis igualmente realçar o dinamismo cultural e desportivo ao longo de todo o verão, reforçando o entretenimento, a animação e a atratividade turística do concelho. No entanto, não podia deixar de manifestar uma preocupação séria: a erosão costeira que se fazia sentir com particular gravidade na praia do Poço da Cruz. As entidades competentes tinham de assumir as suas responsabilidades, sob pena de comprometerem no futuro não apenas a qualidade ambiental, mas também a segurança de pessoas e bens. Bem sabia que a Câmara Municipal tinha feito todos os esforços junto da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), mas não podiam baixar os braços: era urgente que o Governo tomasse medidas eficazes de defesa e requalificação costeira. As suas praias eram um orgulho para Mira; cabia-lhes, por isso, continuar a cuidar delas com o mesmo empenho, responsabilidade e visão

estratégica demonstrados até então, garantindo que permanecessem seguras, atrativas e sustentáveis para as gerações futuras. -----

---- **Interveio a Deputada Andreia Petornilho (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que, relativamente ao campo de padel, a Sr.ª Presidente da Freguesia do Seixo tinha indicado que as obras tinham sido iniciadas; tinha, contudo, recebido indicação de que tinham sido paradas e gostaria de saber se a paragem era real ou não e se tinha acontecido algo de especial que tivesse motivado essa interrupção. Fez uma observação à declaração da Mesa, porque tinha ficado um pouco chocada: estaria à espera de uma reflexão acerca da forma como os trabalhos tinham corrido na Assembleia — o que é que a própria Mesa tinha falhado, como, por exemplo, porque é que nunca se tinha revisto o Regimento, a questão dos tempos, das convocatórias, etc. Estava à espera de uma reflexão nesse sentido e não de um elenco dos trabalhos do Executivo, que achava que caberia ao próprio Executivo apresentar. Relativamente ao Centro de Saúde, em assembleias anteriores já tinha questionado sobre a colocação de médicos de família e, na altura, tinham indicado que todas as vagas tinham sido preenchidas; por isso questionava por que razão ainda não tinham sido atribuídos médicos de família a toda a população e qual era o ponto de situação das extensões de saúde — todas tinham médico? Tinha ouvido dizer que iria abrir uma grande superfície comercial, um quarto supermercado, e gostaria de saber se assim era e, sendo verdade, quais as políticas que o Executivo iria acionar para a proteção e incentivo ao comércio local. A sua última questão prendia-se com o Centro de Dia da Lentisqueira. Era já do conhecimento de todos que aquele Centro de Dia estava a passar por grandes dificuldades; não sabia precisar se no final do ano passado ou no início daquele ano o Executivo se tinha comprometido a elaborar e executar um projeto para restaurar a antiga escola para que o Centro de Dia passasse para lá. Visto que não faltava assim tanto tempo para a chegada do inverno, perguntava se aqueles idosos iam, de facto, ter a oportunidade de passar um inverno mais confortável. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, disse que, relativamente à intervenção do Deputado Augusto Miranda, tinha sido uma observação e não lhe competia manifestar-se acerca disso. Quanto ao Deputado António Teixeira, que disse que muitas das perguntas que tinha feito não tiveram resposta, o seu entendimento não era aquele, porque sempre que possível tentavam dar as respostas ali; outras vezes não era possível porque o teor das questões ultrapassava aquilo que poderiam dar de imediato. Sempre foi sua intenção dar resposta completa a todos os assuntos. Se algum tivesse ficado para trás, o que admitia ser possível, pediu que lhe fizesse chegar as perguntas que tinham ficado sem resposta para poderem completar as suas pretensões. Relativamente à Deputada Clara Clemente, que tinha falado sobre a época balnear, bandeira azul, segurança e animação balnear, eram responsabilidades que o município de Mira tinha acrescidas por ser detentor da bandeira azul, como bem tinha dito, e, portanto, tinham aquela responsabilidade acrescida face a outros municípios. Obviamente que sempre tinham trabalhado em conjunto e em parceria com outras entidades, com outras associações, com o povo em geral e com quem os visitava também, que muitas vezes colaboravam naquele aspeto, porque todos eram poucos para cuidar do ambiente, para cuidar daquelas infraestruturas e do património que era tão valioso, e os critérios para a obtenção daqueles galardões eram tão exigentes que só com a ajuda de todos é que conseguiam. A época balnear, felizmente, tinha corrido muito bem. No domingo anterior tinha sido o encerramento da época balnear; tinham tido oportunidade de se juntar bombeiros voluntários, proteção civil e nadadores-salvadores da Adamastor, com quem tinham feito uma pequena reunião e um balanço do final da época. Eles tinham começado o trabalho antes da época balnear e iam terminá-lo depois

da época balnear. Tinha terminado a época balnear, mas os nadadores-salvadores iam ficar em serviço de prevenção ao afogamento até 31 de outubro, suportados exclusivamente pelo orçamento municipal. Entendiam que o encerramento da época balnear a meio do mês de setembro podia não ser suficiente se as condições climatéricas permitissem que as pessoas se deslocassem à praia e fossem a banhos na mesma; por isso entendiam que mais valia prevenir e queriam manter algumas equipas de prevenção para que tudo corresse pelo melhor, pelo menos até ao final do mês de outubro. Relativamente à erosão costeira, era uma preocupação; tinham tido, com as marés vivas, alguns dissabores na parte a sul do esporão da praia do Poço da Cruz e, portanto, era um problema identificado que os preocupava a todos. O município já tinha alertado as autoridades competentes; a Agência Portuguesa do Ambiente estava ao corrente do que se passava, tinham monitorizado e tinham feito os alertas, mas o município, sozinho, não tinha capacidade para lhe dar resposta. Portanto, o que iam continuar a fazer era pressionar e alertar, e não descansariam enquanto não fossem tomadas as intervenções que se julgassem convenientes para a manutenção daquele cordão dunar, que era tão importante na praia do Poço da Cruz. Relativamente à Deputada Andreia Petornilho, não tinha conhecimento daquela paragem da obra; podia ser que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia tivesse conhecimento mais prático. Relativamente ao Centro de Saúde, médicos de família e extensões de saúde, obviamente que o plano ideal a nível nacional era que todos os utentes tivessem médico de família atribuído. Isso não existia no país e também não existia na realidade mirenses. Iam continuar a pressionar a ULS para que os médicos que já tinham cá se mantivessem e iam tentar criar condições para que não saíssem do concelho. Obviamente que, se pudessem, cativariam mais — e, quando falavam em médicos, falavam também em todas as equipas que compunham os profissionais de saúde — e, portanto, queriam dar sempre o melhor aos Mirenses; não estava era ao seu alcance poder fazer aquela contratação e dar a resposta conveniente.

Estariam atentos e pretendiam que assim fosse no futuro, sim. As obras, como já ali tinha referido, estavam previstas em todas as extensões de saúde e, criando as condições, queria acreditar que também os médicos quisessem deslocar-se às extensões de saúde, pois muitas vezes a sua pretensão era ficarem concentrados no Centro de Saúde. Quanto à quarta superfície comercial, como tinha sido referido, tinham uma proposta feita ao município que estava em análise. Pensava que não era aquela a altura de divulgar decisões; pensava, sim, que tinham de analisar a proposta no seu todo, as ofertas, as melhorias e os prejuízos que pudessem vir a trazer para o município de Mira e, obviamente, sendo ponderada aquela decisão, queriam tomá-la da melhor forma. Relativamente ao Centro de Dia da Lentisqueira, estavam por dentro do assunto; já tinham tido algumas reuniões, nomeadamente com a ação social, a Sr.ª Vereadora, o Sr. Padre Germano e a direção que lá se encontrava, e sabiam do problema. Tinha a ver essencialmente com as condições das instalações, que não eram municipais, e o que estavam a tentar fazer era disponibilizar o trabalho e os funcionários para, numa outra instalação, criar as condições para que os utentes se mantivessem; depois veriam, no futuro, se as instalações atuais onde se encontravam, durante a deslocação das pessoas para lá, teriam ou não condições, através de uma candidatura, para fazerem as melhorias necessárias ao edifício existente. Tinha uma proposta apresentada, tinham trabalhos delineados e um projeto desenhado para aquela intervenção, e era isso que pretendiam que fosse aplicado a curto prazo. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

---- **Interveio a Deputada Telma Salvador (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse ser com particular satisfação que destacava uma conquista que representava um marco histórico para o concelho: a criação da praia fluvial da Barrinha da Praia de Mira. Um projeto que resultava de um processo longo e

exigente, que tinha envolvido anos de planeamento estratégico, de articulação com diversas entidades e de um compromisso firme do Executivo Municipal com o desenvolvimento sustentável e qualificado do território. Tinha exigido estudos técnicos rigorosos, sensibilidade ambiental e, sobretudo, uma determinação constante para transformar em realidade um sonho há muito partilhado por toda a comunidade. A praia fluvial da Barrinha não era mais um espaço balnear, apenas e tão só; tratava-se de um projeto estruturante que aliava valorização ambiental, dinamização social e turística e benefício direto para toda a comunidade. Tratava-se de um projeto que requalificava e valorizava um dos maiores ex-líbris do concelho, colocando-o ao serviço da população de forma ordenada, segura e inclusiva. Representava não apenas uma obra visível, mas sobretudo uma visão estratégica de valorizar os recursos naturais, de criar novas oportunidades turísticas e de oferecer melhores condições de lazer às populações. Sem margem para dúvidas, era o projeto turístico de maior impacto na região Centro em 2025. O seu reconhecimento pela comunicação social regional e nacional era prova de que se tratava de um exemplo de boa prática no aproveitamento sustentável dos recursos naturais para fins turísticos e recreativos e, por conseguinte, para o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações. A resposta da comunidade tinha sido inequívoca: sentia-se um novo orgulho em torno da Barrinha. Era visível na elevada utilização pelas famílias que fruía do espaço, nos visitantes que elogiavam a qualidade ambiental e na notoriedade acrescida que o concelho tinha alcançado. Naquele contexto, quis expressar publicamente o reconhecimento ao Executivo Municipal pela visão, pela coragem e pela capacidade de execução. Projetos daquela natureza exigiam competência técnica, articulação institucional e uma dedicação absoluta à causa pública. Por isso, era mais do que justo reconhecer ali que aquele Executivo tinha sabido efetivamente assumir as responsabilidades, superar obstáculos e levar a cabo um projeto que era um motivo de orgulho local, destaque regional e referência nacional. A praia fluvial da Barrinha era prova de

que, com trabalho, persistência e visão, era possível transformar sonhos em realizações concretas que elevavam o concelho. Mas, se havia conquistas que os deviam unir, havia também responsabilidades que não podiam ser ignoradas, e uma delas era garantir a confiança da população. A circulação de informações ou desinformações que colocaram em causa a qualidade das águas balneares da Barrinha não podia ser tratada com ligeireza. Era obrigação do município esclarecer de forma transparente, cabal e sustentada se existiam ou não fundamentos para tais alegações e, sobretudo, garantir que a monitorização da qualidade da água era feita com rigor e regularidade. Era o que se esperava de um poder local sério e comprometido, que soubesse concretizar projetos estruturantes, mas também que assumisse a transparência como pilar da sua ação política — e tinha plena convicção de que aquele Executivo assim tinha atuado. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara e disse que a praia fluvial da Barrinha era um símbolo de que Mira podia conquistar. Cobia-lhes, enquanto representantes eleitos, garantir que aquela conquista não era posta em causa por dúvidas ou desinformações por parte daqueles que, se calhar, a queriam ter feito, mas não fizeram. A clareza e a confiança eram, naquele momento, tão importantes quanto a obra realizada. E, naquele contexto, para concluir, tendo presente o que muito se tinha debatido acerca da qualidade da água da Barrinha, gostaria de questionar formalmente se as publicações difundidas nas redes sociais que colocavam em causa a qualidade da água da Barrinha tinham ou não algum fundamento e se o município podia garantir, com base em análises periódicas, a segurança e a qualidade das águas balneares da Barrinha. -----

---- **Intervenção do Deputado Carlos Nora (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, fez algumas despedidas, uma vez que há catorze anos seguidos servia aquela Assembleia e não era candidato à Assembleia, e quis fazer algum balanço dos pontos mais importantes. No primeiro mandato do Executivo PSD, quando se preparavam para aumentar o IMI para a taxa máxima — uma coisa nunca antes vista —, detetou-se a situação pela sua bancada na reunião de

preparação da véspera da Assembleia; tinha-se dirigido, da parte da manhã do dia da Assembleia, às Finanças para confirmar se na verdade estavam certos ou errados naquilo que estavam a ver. A chefe das Finanças, naquele dia ali presente na qualidade de público, tinha ficado incrédula com aquilo que lhe tinha mostrado e telefonou imediatamente para o Gabinete da Presidência, tendo sido atendida pelo Ricardo Costa, perguntando-lhe se sabiam o que estavam a fazer. Na verdade, graças à sua atenção, o ponto relativo ao aumento da taxa de IMI para aquele ano acabou por ser retirado para depois, na Assembleia seguinte, ir uma proposta correta e decente relativamente àquela matéria. Portanto, graças à bancada do PS, tinham poupado toda a população de um ano de IMI na taxa máxima. Ainda relativamente ao projeto da Lusiaves que viria para Mira, onde ele tinha sido sempre contra aquela situação, pois tinha acompanhado, como Deputado do PS, todo o processo de como se fazia um frango em trinta e três dias e rapidamente concluiu que tal, para além de trazer para Mira muitos postos de trabalho, era uma desgraça política e de poluição para o concelho. Aquilo era para acabar com o turismo que tinham em Mira. Ainda sobre a ABMG, situação com a qual nunca tinha sido totalmente favorável, pois tinham sido defraudados com uma promessa de água de grande qualidade a ser captada no rio Mondego, tal como era a água de Coimbra, e na verdade o que tinha acontecido foi simplesmente fazer um furo na Presa. Mais recentemente, não podia deixar de abordar aquilo que durante cerca de quatro anos se tinha debatido, que era a expansão do centro de Mira com a urbanização da rua Gonçalo Tavares, no Areal. No final, “a montanha tinha parido um rato” e apenas tinham sido contemplados cem metros, o que tinha vindo defraudar algumas dezenas de habitantes que ali pretendiam casas para eles ou para os seus filhos, só dali a dez anos, quando, em termos normais, fosse aprovado o próximo PDM. Era lamentável que o Executivo não se tivesse esforçado mais sobre o sucesso daquela matéria. As caixas multibanco para o Poço da Cruz e para a Lentisqueira eram só conversa, pois a ambição daquelas populações tinha ficado por

concretizar, o que ele efetivamente lamentava. O parque de lazer da Lagoa de Mira, de que tinha falado ali tantas vezes, continuava sem perceber o porquê de anos e anos ao abandono, pois nunca lhe tinham verdadeiramente respondido às razões de tal desprezo por aquele parque — simplesmente inaceitável. Sobre o **Ala Arriba**, de que também tinha falado tantas vezes, faltava edificar a sede conforme estava no protocolo, faltava edificar no estádio municipal a sede para o Ala Arriba. Ainda ultimamente, a sua oposição à tentativa de corte das árvores nos Leitões e na Rua Fernandes Costa, em Mira, pois eram uma das pretensões; se não fosse eles a levantar a questão ali e noutros sítios e a alertar a população em Mira e nos Leitões, se calhar já não teriam lá as árvores. Ainda sobre as praias fluviais, ele tinha sido uma das pessoas que sempre tinha falado ali da necessidade da praia fluvial na Praia de Mira, na Lagoa e no Casal de São Tomé; estava de acordo que mais valia ter o que tinham do que não ter nada na Praia de Mira, mas podiam, com tempo — se não fossem as causas eleitoralistas — ter uma praia fluvial ainda com muito melhor aspeto e ainda mais modernizada.-

---- **Intervenção do Deputado Manuel Inocêncio (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, aproveitava aquela ocasião para valorizar e enaltecer o excelente trabalho desenvolvido no concelho ao nível da organização dos eventos municipais. A forma como Mira se tinha afirmado como polo de atração turística e cultural era digna de destaque e reconhecimento. Começou por sublinhar a prova de motonáutica no início do mês de julho, inserida no Campeonato Europeu de Aquabike, que tinha merecido um destaque muito especial. Aquele evento tinha sido amplamente reconhecido não apenas pelos seus participantes, mas também pela organização internacional como uma das melhores — senão a melhor — prova do circuito europeu. Sublinhou ainda as festas de São Tomé de Mira, que tinham voltado a mostrar a sua importância enquanto celebração identitária do seu povo. Foram milhares de visitantes que acorreram ao concelho, demonstrando que Mira continuava a saber receber e a criar momentos que orgulhavam todos os Mirenses. Também já tinha sido ali ressaltado o sucesso

da Mostra Gastronómica que tinha ocorrido naquele fim de semana; quis salientar que, de certeza absoluta, tinha sido a melhor edição, o melhor evento que tinha ocorrido desde há alguns anos. Deu também os parabéns pela confirmação oficial de que Mira iria acolher o MINI Meeting 2027, um grande encontro internacional de Minis, que seria, sem dúvida, um evento de enorme projeção para o concelho e que colocaria Mira no centro das atenções de milhares de entusiastas de automóveis vindos de toda a Europa. Quis deixar uma palavra de reconhecimento e elogio ao Executivo Municipal, que soube dinamizar o concelho com uma visão estratégica, capacidade de organização e espírito de serviço público. Aproveitou também para questionar sobre os campeonatos de columbofilia que normalmente se desenrolariam durante aquele mês e ainda não havia nenhuma divulgação daquela prova, perguntando se estava tudo pronto para a realização daquele evento. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

---- **Interveio o Presidente da Câmara (PSD)**, disse que, relativamente à intervenção da Deputada Telma Salvador sobre a praia fluvial, concordou com tudo o que tinha dito; realmente, quem tinha visto a projeção que tinha tido, devia ter sido a nível regional, embora tenha ido parar também à divulgação a nível nacional — a maior notícia a nível turístico da região Centro, não tinha dúvidas, comprovado também pela própria entidade. Obviamente que não estava perfeita, obviamente que havia coisas a melhorar, considerando aquela primeira fase, como ali tinha sido referido também; era uma realidade, tinha acontecido, enquanto muitos não acreditavam que fosse possível e, com o aproximar dos tempos, questionavam mesmo se iria acontecer ou não. O que era facto é que as equipas tinham trabalhado muito bem; quis saudar o trabalho que tinha sido feito pelo Sr. Vereador Bruno Alcaide e pelo Sr. Vice-Presidente Tiago Cruz, mas

também pelas equipas de trabalhadores municipais. Obviamente que alguma parte tinha sido concretizada por entidades externas de equipamentos e colaboração, mas todos, em conjunto e em tempo recorde, tinham conseguido colocá-la a funcionar e fazer a sua abertura a tempo daquela época balnear. Estava lá um espaço muito agradável, com o devido apoio que era necessário e, portanto, era naquele momento mais um ponto de atração turística, que também movimentava muito o comércio local; era uma alternativa ao estado do mar e uma grande mais-valia que tinham conseguido colocar na Barrinha. Além de todo aquele sentimento e emoções que os transportavam para o tempo da prancha, concretamente estava ali mais um excelente equipamento. Podia garantir que as análises eram feitas periodicamente, em média duas vezes por mês; nos últimos tempos, mais do que duas vezes por mês, porque, às vezes, perante a contrainformação e para rebater qualquer dúvida que pudesse existir, tinham feito pedidos extra para confirmar os resultados. Tinham sido publicados alguns deles há cerca de duas semanas; já tinham novas análises mais recentes e a sua intenção seria divulgá-las periodicamente para que as pessoas sentissem tranquilidade na utilização das águas balneares da Barrinha. Quis tranquilizar todos de que a contrainformação que tinha ocorrido não tinha fundamento. As análises garantiam que as águas estavam com boas condições para a prática balnear. Relativamente ao Deputado Carlos Nora, que tinha feito uma série de lembranças de assuntos que tinha tocado ao longo do tempo em que tinha estado presente nas assembleias, queria reconhecer-lhe algum mérito nas coisas que tinham sido tratadas, trabalhadas e concretizadas ali. Não queria retirar o mérito a ninguém; obviamente que, se falassem de todos os assuntos e alguns deles tivessem sido concretizados, depois podiam dizer que tinham sido eles que tinham feito, senão a coisa não tinha acontecido — mas não queria ir por esse caminho. O Deputado Carlos Nora era bastante antigo nas assembleias e tinha uma visão do município muito abrangente; quando falava concretamente numa rua, a Rua Gonçalo Tavares, que deveria ter sido para expansão da Vila

de Mira ou do Areal, estava a ser muito redutor, falando de um Plano Diretor Municipal que demorava imenso tempo para ser revisto, aprovado e concretizado. Se calhar deveria falar sobre outras zonas também, onde tinha sido o esforço do município, como bem sabia, alargar o espaço urbano para outras artérias, e que infelizmente as autoridades não o tinham autorizado, mas em que se tinham esforçado para isso. Tinham conseguido uma pequena parte; quem sabia se no futuro poderia ser alargada para outra. Relativamente ao Ala Arriba, sabiam que faltava concretizar a sede, sim; já lá tinham sido concretizados mais de um milhão de euros de investimento no Estádio Municipal nos últimos anos — lembrou que se chamava Estádio Municipal. Sabiam que ainda faltava concretizar uma lavandaria, uma sede e as instalações sanitárias, que tinham sido prometidas e estavam escritas num compromisso assinado. Outros tinham assinado aquele compromisso; não conseguiam concretizar tudo de uma vez, mas aos poucos lá chegariam. Tinham dado indícios de que a sua intenção era concretizar tudo o que lá estava escrito. Relativamente às três praias fluviais, sabiam o que lhes tinha custado concretizar e realizar aquela na Barrinha e as leis a que obedeciam as praias fluviais. Uma coisa era ter águas próprias para que pudessem ser utilizadas para a prática balnear; outra coisa era garantir apoios de praia, postos de vigia, nadadores-salvadores e outras envolvências que, não colocando fora aqueles objetivos, implicavam também um trabalho mais alargado para estudar a possibilidade daquela utilização. Obviamente que concordava quando o Deputado dizia que a Lagoa e o Casal de São Tomé tinham ótimas condições para que aquilo pudesse vir a acontecer. Relativamente à intervenção do Deputado Manuel Inocêncio, que tinha referido uma série de eventos municipais — e ainda bem que os tinha ido apontando, até para não se esquecer de nenhum —, os mais recentes tinham sido realmente concretizados na época balnear, nomeadamente a motonáutica, o Grande Prémio Europeu de Aquabike, em que estiveram presentes cento e dezasseis pilotos, mais as comitivas de onze países que cá tinham estado representados.

Obviamente que era um reconhecimento não só a nível local, mas também regional, nacional e internacional. Quando se soube que ia haver as provas europeias de motonáutica, o alojamento ficou esgotado em pouco tempo; tinha sido isso que tinha acontecido. Milhares de pessoas tinham-se deslocado à Barrinha da Praia de Mira para assistir, e os próprios pilotos confirmavam que era a melhor prova onde competiam naquele circuito europeu. Queriam voltar; já tinham indicado as datas prováveis para 2026, portanto a motonáutica iria ser uma realidade no próximo ano na Barrinha da Praia de Mira. Tinham falado em São Tomé e na Mostra Gastronómica, que tinha sido um sucesso. Mais uma vez tinham um objetivo, que era atingir dez mil visitantes; sem ter meios, porque não cobravam entradas — era tudo gratuito —, não tinham grandes meios para contabilizar o número de pessoas, mas, pelas amostragens que tinham feito, queria-se-lhes parecer que aquele objetivo tinha sido atingido. Tinha corrido tudo muito bem, as condições climatéricas tinham sido excelentes e, portanto, tanto ao almoço como ao jantar parecia que o espaço nunca quebrava — tinha sempre pessoas ali. Como tinha dito na abertura, já tinha deixado de ser simplesmente um evento gastronómico: era cultural, recreativo, era mostra de artesanato; ao fim e ao cabo, era um evento muito completo também na Praia de Mira. Relativamente ao encontro de Minis, sim, já tinha sido confirmado que teriam cá novo encontro de Minis em 2027, e o Portugal O Meeting iria ser também uma realidade em 2026. Quanto à columbofilia, que normalmente se praticava no mês de setembro, eram sempre mais de trinta países e comitivas que vinham cá naquela altura para os campeonatos nacionais, europeus e mundiais de columbofilia, que iriam ser realizados em outubro. A data prevista para a inauguração do novo Columbódromo que estava em obras, era o dia 25 de outubro. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:-----

2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

--- **Interveio o Deputado Paulo Grego (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que o Sr. Presidente da Assembleia tinha deixado um tempo no final para as despedidas, mas ele tinha pedido à líder da bancada para ser um bocado egoísta e usar parte daquele tempo para a sua saída. Disse que terminava formalmente ali a sua função de deputado na Assembleia Municipal, uma jornada longa que tinha tido início no dia 28 de outubro de 2005, tendo sido vinte anos. Nunca tinha feito da política a sua vida profissional, mas tinha-a tratado sempre com muito profissionalismo; orgulhosamente sempre se considerou um político. Como já era público, não fazia parte da lista concorrente às próximas eleições autárquicas de 12 de outubro. Tinha sido uma decisão ponderada e, sobretudo, refletida. Não resultava de qualquer incompatibilidade com o seu partido ou com os seus militantes, mas da forma como via a política. Havia um tempo para tudo. Havia que saber ler e interpretar os resultados eleitorais. Tinha concorrido a cinco atos eleitorais no concelho de Mira, ao lugar de deputado municipal, sempre nas listas do PS e, no último ato eleitoral autárquico de 2021, tinha encabeçado a lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal. A população de Mira era soberana e os resultados tinham falado por si. Entendia, assim, que tinha chegado o momento de dar lugar a outros. Não tinha sido uma decisão fácil; ainda não se tinha ido embora e já estava com saudades — e só tinha saudades daquilo que lhe fazia bem. Gostava muito da política e, em particular, gostava muito da política do seu concelho, e era ali, na Assembleia Municipal, o lugar certo para fazer política. Tinham sido cinco mandatos, cento e cinquenta assembleias municipais e mais de oitocentas horas de reuniões. Lembrava-se da sua primeira intervenção, que tinha sido na última Assembleia de dois mil e cinco, em que tinha abordado um tema sobre a geologia de Mira — sabia-se lá porquê. Ao longo daqueles anos tinha feito ali boas amizades e a todos eles quis agradecer; e, sem querer individualizar porque podia ser injusto com alguém, não seria honesto se não se referisse a autênticas personalidades cuja vida se associava àquela instituição. Como não referir

Narciso Patrão ou João Nogueira, José Frade ou Conceição Oliveira? Nas pessoas dos ex-Presidentes Dr. Fernando Regateiro e Dr. Mário Maduro, e do atual Presidente, quis agradecer a todos os deputados — e tinham sido muitos os que com ele tinham privado. Na pessoa do Dr. João Reigota e do Dr. Artur Fresco, sem esquecer o saudoso Raúl Almeida, agradeceu a todos os executivos que os foram acompanhando. Agradeceu a todos os colaboradores da autarquia, em especial à Olívia, que tanto tinha feito para o bom funcionamento daquele fórum. Agradeceu à comunicação social que sempre os tinha acompanhado, desde o Paulo Gabriel, do *Voz de Mira*, até ao Zé Carlos, do *Diário de Coimbra*, que passaram horas infindáveis no Salão Nobre, e também às transmissões em direto do Jorge Jesus — o seu muito obrigado a todos. Tinha exercido, por vários anos, o cargo de líder de bancada do PS, tinha feito parte de várias comissões e tinha estado, desde a sua formação, na Área Metropolitana de Coimbra, que deu origem primeiro à CIM Baixo Mondego e depois à CIM Região de Coimbra, sempre ao serviço da Assembleia Municipal de Mira. Tinha estado oito anos na bancada de suporte ao Executivo e doze na bancada da oposição, mas a sua postura tinha sido sempre a mesma. Nem sempre tinha estado tudo bem, nem depois tinha estado tudo mal. Bem sabia que nem sempre tinha dito aquilo que gostariam de ouvir, nem sempre tinha sido cómodo ou até justo, mas garantia que tinha dito sempre aquilo que pensava e o que lhe ia na alma. Quem estava inserido num partido devia seguir as suas orientações; não estavam ali em nome próprio, tinham sido eleitos com um programa e a ele deviam fidelidade. Mas também nunca tinha sido adepto da disciplina de voto e disso tinha dado sempre nota. Tinha tentado ser sempre respeitador e bom ouvinte, mas também interventivo — não tinha feito para estar só a assistir. Tinha preparado as Assembleias o melhor que podia e sabia, embora nem sempre com o tempo que as mesmas mereciam. Tinham travado boas discussões e interessantes debates e seria disso que certamente iria sentir mais falta. Também era ali que se fazia combate político no bom e saudável sentido da palavra. Felizmente, tinha

conseguido sempre separar as águas e nunca levar mágoas ou ressentimentos para fora daquelas portas. Em jeito de desabafo, ou até de **conselho**, disse que os bons não estavam todos do mesmo lado, nem sempre tinham que concordar com os seus e nem sempre tinham que discordar dos outros. O socialismo e a democracia não podiam ficar reféns de uma sigla; que não se esquecessem que o principal partido devia ser sempre Mira e as suas gentes. -----

---- **Interveio a Deputada Lurdes Mesquita (PSD)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que ao longo daqueles doze anos muito se poderia dizer sobre a forma como os fundos comunitários tinham sido captados e geridos no concelho de Mira. Mas naquele momento decidiu focar-se em três pilares essenciais para o bem-estar da população — os três pilares de abril: saúde, educação e habitação — e ia falar apenas dos últimos dois anos. Era impossível falar daquele tema sem reconhecer o exercício eficaz e competente do Executivo Municipal na preparação e execução dos projetos com financiamento europeu, nomeadamente o PRR, que exigia rigor técnico, capacidade de planeamento e visão estratégica. Começou pela saúde. Para além do já conhecido investimento superior a um milhão e oitocentos mil euros no Centro de Saúde de Mira, que tinha representado uma verdadeira transformação das infraestruturas, havia também a destacar o financiamento de mais de oitocentos mil euros para a requalificação de todas as extensões de saúde do concelho, igualmente no âmbito do PRR. Aquele era um passo gigantesco para garantir um acesso mais digno e eficaz aos cuidados de saúde de proximidade, algo que valorizava a coesão territorial e melhorava concretamente a vida das pessoas. Na educação, os resultados falavam por si, pois já estava executada a requalificação total da Escola Secundária de Mira, num investimento de um milhão e seiscentos mil euros. Mas a ambição do município não se tinha ficado por aí: tinha sido recentemente aprovado um projeto de sete milhões de euros para a ampliação do complexo escolar, que incluía um novo bloco de salas de aula e um pavilhão desportivo, permitindo responder ao crescimento da comunidade escolar e às

exigências de um ensino moderno e inclusivo, não esquecendo a candidatura à requalificação da Escola Básica de Mira, num investimento de quatro milhões de euros, a aguardar aprovação do Banco Europeu de Investimento (BEI). Na habitação, o município voltava a dar uma resposta histórica. Tinham desbloqueado a Videira Norte, um projeto com décadas de impasse. Repetiu que, com aquele Executivo Municipal, tinham desbloqueado e resolvido a Videira Norte. Naquele momento estava a ser construída uma casa por parte de um proprietário e estava novamente em curso a atribuição de mais lotes. Estava garantido um investimento de quatro milhões de euros para a construção de vinte e duas habitações. Tratava-se de um projeto estruturante que, durante anos, parecia adiado indefinidamente. Graças ao trabalho determinado do Executivo, era agora uma realidade em marcha que ia permitir um acesso à habitação a preços controlados para várias famílias. As oportunidades multiplicavam-se à medida que eram agarradas — tinha dito aquela frase muitas vezes porque acreditava nela. Os fundos comunitários exigiam candidaturas bem estruturadas, projetos tecnicamente fundamentados e um acompanhamento capaz e responsável, e era ali que o mérito daquele Executivo era inquestionável. Tinha sabido identificar as oportunidades, preparar os projetos e garantir que Mira estivesse na linha da frente para beneficiar daqueles fundos. Por isso, quis deixar uma palavra clara de reconhecimento e elogio ao Executivo Municipal, porque gerir fundos comunitários não era apenas uma questão de oportunidade — era, acima de tudo, uma questão de competência. Questionou o Sr. Presidente da Câmara: em que ponto estava o projeto da Escola Secundária? Em que ponto estava a candidatura à requalificação da Escola Básica de Mira? E em que ponto estava a construção das habitações? Concluiu dizendo que estavam a assistir ao maior investimento de sempre na educação, saúde e habitação. -----

---- **Interveio o Deputado João Luís Pinho (PS)**, que, após os habituais cumprimentos, disse que aquele dia devia ser um dia de reflexão, porque muitos deles iam abandonar aquela casa — como o Paulo já ali tinha feito no seu

discurso de despedida. Ia aproveitar aquele momento para mais tarde, mas, efetivamente, olhando para os anos, eram os “dinossauros” daquela casa. Ainda se recordava do saudoso Gabriel da Frada, Fernando Regateiro, Dr. Maduro e, naquele momento, do amigo Nelson. Mas quis também referir, porque o Paulo Ihe tinha “roubado as palavras” e parecia que estavam em sintonia, que não se tinha feito tudo bem, mas também não se tinha feito tudo mal. E porque tinha sido a sua conterrânea que tinha ali abordado a questão de finalizar, disse: sim senhora, mas quando um médico fazia o parto, não se podia esquecer do coito, porque um tinha sempre como prevalência o outro; e nos casos em que alguém dizia que tinha desbloqueado algo, era porque alguém tinha começado um processo — e, por vezes, os processos naquela casa ultrapassavam um mandato, ultrapassavam um Executivo e ultrapassavam propriamente um partido em si. Isso era uma forma de mostrar que, com todas as divergências que pudessem existir naquela casa, as pessoas lutavam por uma unidade comum. Essa unidade comum muitas vezes era protelada porque alguns interesses eram colocados à parte, ou em parte de uma das partes, e isso acabava por ser nefasto para o bem-estar comum. Efetivamente, naqueles últimos quatro anos de mandato, o Executivo inicialmente liderado por Raúl Almeida não tinha feito tudo, nem tinha feito tudo mal, mas podia ter feito muito melhor. Achava que era nessa parte que eles ali falhavam: era assumir que tinham feito pouco para aquilo que podiam ter feito. Era isso que faltava a muitos autarcas e a muitos líderes — que, num período que devia ser de reflexão, não fizessem o oposto e dissessem que deviam ter feito muito mais, porque isso ia colocar um desafio ainda maior, fosse para eles, fosse para outros, já que se podia fazer sempre mais. Era por isso que os japoneses tinham uma filosofia muito interessante, adotada na maior parte das empresas, que era o *Kaizen*, a melhoria contínua. E, por vezes, sobretudo as bancadas quando estavam de suporte ao Executivo, a “costela” puxava para isso: dar um grande valor ao que se estava a fazer. A praia fluvial, que ele não tinha ido visitar — só tinha passado

de carro —, tinha sido um marco. Mas a praia fluvial existia desde os anos setenta e era uma prática reiterada por uma parte da comunidade, independentemente ou não de criarem as condições. Não ia opinar sobre ela porque não tinha ido. Duvidava que ela fosse o grande catalisador para o turismo; mas isso era a sua opinião, era empresário do turismo e ainda estavam para lhe provar que, efetivamente, aquela praia fluvial nos moldes em que estava iria ser um catalisador de turismo para além do que já existia. Reconhecia, contudo, que tinha ali um ponto interessante — o jardim estava bonito, estava verde, ainda que ele não tivesse ido ver, mas parecia-lhe interessante. Efetivamente, aquele era o momento em que deviam fazer a “mea culpa” por aquilo que não conseguiram fazer e não por aquilo que efetivamente tinham feito. Era pensar naquilo que efetivamente deveriam ter feito; quer o falecido Raúl Almeida, quer o atual Presidente, deviam fazer isso — e ainda o podiam fazer —, era fazer “mea culpa” por tudo aquilo que não tinham feito e se tinham proposto a fazer. Era esse o momento, num período final, que deveria ser feito. Num concelho como Mira, com doze mil habitantes, faltava ainda muito para fazer; e, se tivessem isso presente, certamente iriam fazer mais e melhor, porque se se deitassem à sombra da bananeira, achando que já tudo tinham feito e bem, aquele seria o primeiro passo para que as coisas, no próximo mandato, não corressem tão bem como poderiam correr. -----

---- **Interveio o Sr. Presidente da Câmara (PSD)**, que respondeu que, relativamente à intervenção do Deputado Paulo Grego, considerava que tinha sido uma excelente intervenção, cheia de sentimento, mas também que refletia aquilo que eram vinte anos daquela prática. Era uma longa experiência; todos reconheciam no Paulo o seu estilo interventivo e direto, a forma como falava das coisas e, portanto, quando as pessoas davam vinte anos do seu tempo àquelas causas, só tinham que agradecer os contributos que ao longo do tempo tinham sido dados. Como o Paulo já o tinha dito, tinha estado do lado em que o PS era poder e tinha estado do lado em que o PS foi oposição; portanto, conhecia os

dois lados e, como ele muito bem tinha dito, nem sempre esteve tudo bem, nem sempre esteve tudo mal, e nem sempre os internos tinham que concordar com as ideologias e nem sempre o contrário também. Tinha sido uma reflexão dele; não se ia manifestar mais — só disse que concordava em absoluto com aquilo que o Deputado tinha dito. Relativamente à Deputada Lurdes Mesquita, em jeito de resposta também ao Deputado João Luís Pinho, que tinha refletido um pouco sobre a intervenção da Deputada Lurdes — que tinha focado três pontos essenciais da sociedade e tinha refletido sobre a realidade de Mira e sobre o que estava a acontecer ou o que tinha acontecido: saúde, habitação e educação —, pensava que aquilo seria transversal a todos, e todos lutavam por aquelas três grandezas, para que fossem ótimas para os residentes no concelho. O investimento que tinha sido realizado na saúde, na habitação e na educação mostrava aquilo que o Executivo tinha feito. Não queria dizer com isso que o tal ditado japonês, ou a filosofia japonesa da melhoria contínua, deixasse de existir; obviamente, se parasse por ali, não haveria objetivos para o futuro. Quando estava a fazer aquela reflexão junto com os elementos da Assembleia, também concordava que não tinha feito tudo bem e que havia muito para fazer, mas não podia deixar de refletir sobre o que tinha sido feito e sobre aquilo que a Deputada Lurdes Mesquita tinha referido nos três eixos fundamentais — habitação, educação e saúde —, que eram importantíssimos eixos que obviamente tinham que ser abordados. Para viverem num concelho em ótimas condições, como já tinha dito mais do que uma vez, tinham que garantir, desde tenra idade, que os mais jovens tivessem condições para frequentar as creches, jardins de infância e escolas primárias; depois as escolas que vinham a seguir — felizmente estavam em boas condições para os alunos do concelho, tirando a EB de Mira, que iria sofrer também uma intervenção parecida com aquela que tinha sido na Escola Secundária — e, depois, obviamente, ter estabilidade financeira para cá se viver. Isso implicava que houvesse habitação, implicava que as pessoas tivessem cá emprego e, fundamentalmente, quando deixassem de estar na

idade produtiva e atingissem a idade de aposentação, também teriam condições para que as instituições que acolhiam as pessoas de mais idade lhes proporcionassem um final de vida condigno. Só assim é que se viveria num concelho ideal. Respondendo à Deputada Lurdes Mesquita, disse que tinham sido assinadas naquele mesmo dia as adjudicações da habitação e os contratos da habitação, da educação e da saúde. Estando concluída a obra do centro de saúde, faltava concluir os projetos para as intervenções que iam ser feitas em todas as extensões de saúde e, depois, nas escolas básicas de todo o concelho, que iriam sofrer intervenções também. Portanto, ao desbloquear situações como era a Videira Norte, obviamente que estavam no bom sentido. Rendas acessíveis e controladas para que não houvesse especulação para as pessoas que eram mais desfavorecidas: vinte e duas moradias na primeira fase, quatro milhões de euros, mais os blocos de apartamentos a seguir — mais sete milhões —, onze milhões ao todo na habitação. Pensava que estariam em condições de, num futuro próximo, toda a gente ter acesso ideal à habitação. O outro projeto, de disponibilização de lotes para quem quisesse adquirir e construir casa própria na Videira Norte, também daria essa oportunidade. -----

Informa-se que a gravação da reunião foi interrompida por circunstâncias alheias aos nossos serviços. Assim, as deliberações tomadas em relação a cada ponto da ordem de trabalhos constam de documento anexo à presente ata. -----

ENCERRAMENTO: -----

E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

([Nome])

O 1.º Secretário

([Nome])